

Sumário

Apresentação de GERALDO PRADO.....	9
Prefácio de JANAINA MATIDA.....	17
Explicação necessária.....	33
1. Modelos de análise da realidade e a prova no Direito Processual Penal: uma cartografia dos principais autores e correntes.....	39
1.1. Prólogo (ao livro).....	39
1.2. Introdução (ao capítulo): por que “analisar a realidade” é um problema jurídico	40
1.3. Katharina Sobota: o Direito como construção retórica	41
1.4. Manuel Atienza: as três dimensões da argumentação jurídica e a análise dos casos	42
1.5. Neil MacCormick e a justificação das decisões sobre fatos	43
1.6. Jürgen Habermas: a teoria do discurso e a verdade processual	43
1.7. Michele Taruffo: epistemologia judiciária e a multidisciplinari- dade da prova	44
1.8. Jordi Ferrer Beltrán: valoração racional da prova e <i>standards</i> probatórios	45

1.9. Ronald Dworkin: integridade, princípios e a realidade jurídica	47
1.10. Richard A. Posner: pragmatismo jurídico e a análise econômica da prova	48
1.11. Isaac Costa Reis: retórica analítica e a construção da realidade no processo	49
1.12. Gustavo Badaró: a epistemologia judiciária da prova penal brasileira	50
1.13. Fernando Braga: o regime jurídico da valoração da prova....	50
1.14. Confronto e síntese dos modelos	51
1.15. Síntese.....	52
2. Epistemologia jurídica e racionalidade da prova	55
2.1. Introdução: a constituição de um campo	55
2.2. Verdade e justificação racional: entre realismo e pragmatismo	56
2.3. Esquemas argumentativos e raciocínio probatório	58
2.4. Narrativa e construção do caso	59
2.5. Estruturas de justificação: fundacionalismo, coerentismo, inferencialismo.....	59
2.6. Coerência inferencial como critério central.....	61
2.7. Os problemas de Gettier e a teoria da prova	62
2.7.1. A objeção de Gettier à definição clássica de conhecimento	62
2.7.2 A transposição ao raciocínio probatório	63
2.7.3. Quatro corolários para o processo penal.....	64
2.8. Probabilidade, incerteza e <i>standards</i> de prova	64
2.9. A epistemologia institucional da prova: Damaska e Ubertis....	65
2.10. A admissibilidade da prova científica: o caso Daubert.....	66
2.11. Críticas ao racionalismo probatório.....	67
2.12. Síntese teórica: o processo como sistema regrado de produção de conhecimento	69

SUMÁRIO

2.13. Conclusão: epistemologia jurídica como observação permanente	70
3. Raciocínio probatório e <i>standards</i> de prova	73
3.1. Introdução: a epistemologia da prova como problema central do processo penal.....	73
3.2. As estruturas lógicas do raciocínio probatório	74
3.2.1. O raciocínio dedutivo e seus limites na prova	74
3.2.2. Inferência indutiva	75
3.2.3. Inferência abdutiva.....	75
3.2.4. Inferência explicativa	77
3.2.5. A inestimável contribuição de Ferrajoli: os três silogismos	78
3.3. Valoração da prova: da íntima convicção ao modelo racional .	80
3.3.1. Os sistemas históricos de valoração	80
3.3.2. O modelo probabilístico matemático e suas variantes	81
3.3.3. O modelo coerentista de valoração	82
3.3.4. O regime jurídico da valoração: a proposta de Fernando Braga Damasceno.....	82
3.4. <i>Standards</i> probatórios: graus de suficiência para considerar provada a hipótese fática	86
3.4.1. O conceito de standard probatório	86
3.4.2. Os principais standards probatórios comparados	88
3.4.2.1. Beyond all reasonable doubt (BARD) — prova além da dúvida razoável.....	88
3.4.2.2. Preponderance of evidence (mais provável que não)	89
3.4.2.3. Clear and convincing evidence (prova clara e convincente).....	90
3.4.3. O standard do CPP brasileiro e o debate doutrinário nacional	90

3.4.4. Standards probatórios em diferentes fases do processo penal brasileiro.....	90
3.5. O papel do juiz como agente epistêmico e o controle das decisões	92
3.5.1. Da convicção subjetiva à decisão racionalmente controlável	92
3.5.2. A motivação como pré-condição da decisão racional: a função retroativa do dever de motivar	93
3.5.3. A motivação como instrumento epistêmico e a deliberação virtuosa	94
3.5.4. Injustiça epistêmica e virtude do julgador	95
3.5.5. As funções da motivação	96
3.5.6. O controle epistêmico pelas instâncias superiores.....	97
3.5.7. Standards probatórios e o sistema acusatório: o papel das partes	98
3.6. Questões emergentes: prova científica, inteligência artificial e <i>standards</i>	99
3.7 Conclusão: por uma epistemologia responsável da prova penal	100
4. A prova penal: tipos e garantias	101
4.1. Introdução.....	101
4.2. Tipos de prova penal.....	103
4.3. Prova testemunhal e psicologia do testemunho.....	105
4.3.1. O depoimento policial e o “especial escrutínio”	107
4.4. Prova científica, pericial e digital	108
4.4.1. A jurisprudência sobre a quebra da cadeia de custódia ...	110
4.4.2. Prova digital, Marco Civil e proteção de dados.....	111
4.4.3. O Tema 977/STF e o acesso a dados em celulares	112
4.5. Prova indiciária	114
4.6. Provas ilícitas e regras de exclusão	115
4.7. Injustiça epistêmica, vieses cognitivos e seletividade probatória	118

SUMÁRIO

4.8. Padrões probatórios e jurisprudência internacional.....	119
4.9. Garantias da prova penal e racionalidade probatória	120
4.10. Conclusão.....	120
5. Técnicas de inquirição e coleta de provas pessoais.....	123
5.1. Introdução.....	123
5.2. Análise do tema.....	127
5.3. Um apelo à maior prudência	129
5.4. Sobre os principais blocos de ideias postos em relevo.....	130
5.5. Um complemento importante: a abordagem da verificabilidade (<i>verifiability approach</i>)	132
5.6. O ponto cego do método: a testemunha não precisa mentir para errar.....	133
5.7. Da entrevista cognitiva aos Princípios de Méndez	136
5.8. O outro lado da equação: o viés do julgador	138
5.9. A postura empática como condição epistêmica da inquirição ..	141
5.10. Aderência ao processo vigente no país.....	145
5.11. Reconhecimento de pessoas: o art. 226 do CPP e os novos parâmetros doutrinários, jurisprudenciais e normativos a serem levados em conta	147
5.12. Capacitação: o gargalo brasileiro	151
5.13. Conclusões	152
6. Prova digital e uso da inteligência artificial.....	155
6.1. Introdução.....	155
6.2. Bases normativas	155
6.3. Prova digital e suas peculiaridades na jurisprudência.....	156
6.3.1. Matéria legal	156
6.3.2. Matéria constitucional	160
6.4. Síntese do atual estado da arte sobre prova digital	161

6.5. A problemática da inteligência artificial	161
6.6. Problemas a evitar nessa seara	163
6.7. O vácuo legislativo	164
6.8. Discussões relevantes na doutrina europeia	165
6.9. O tema na doutrina nacional mais nova	167
6.10. Síntese conclusiva até agora.....	172
6.11. Explicabilidade: um novo e fundamental paradigma.....	173
6.12. Sistemas eletrônicos disruptivos e ultra-avançados.....	177
6.13. Reconhecimento facial, reconhecimento de pessoas e o problema do viés.....	178
6.14. <i>Deepfakes</i> , prova audiovisual sintética e perícia	181
6.15. O uso de IA por juízes, Ministério Público, polícia e defesa .	183
6.16. Critérios normativos e práticos para a admissibilidade e valoração da prova digital e automação no processo penal brasileiro....	185
6.17. Conclusão.....	187
7. Acordos processuais probatórios e novos paradigmas consensuais	189
7.1 Introdução: da prova como imposição estatal à prova como espaço de consenso controlado	189
7.2. Justiça negocial: entre eficiência, oportunidade e garantias.....	191
7.3. Negócios processuais probatórios: conceito e peculiaridades no processo penal.....	193
7.4. Colaboração premiada: negócio processual, meio de obtenção de prova e risco de verdade premiada	194
7.4.1. O problema epistêmico: o colaborador fala sob incentivo	195
7.4.2. O direito do delatado e a virada jurisprudencial recente ..	195
7.4.3. Possibilidade de injustiça epistêmica por excesso de credibilidade	196
7.4.4 Coerção e voluntariedade	197

SUMÁRIO

7.5. Acordo de não persecução penal: consenso sem processo, confissão e seus efeitos probatórios	197
7.5.1. A virada de 2024-2025: HC 185.913/DF e Tema Reperitivo 1.098/STJ	198
7.5.2. Discrecionariade do Ministério Público e controle judicial	200
7.6. Negócios probatórios atípicos: possibilidades e riscos	200
7.7. Limites constitucionais dos acordos probatórios	202
7.8. Limites epistêmicos: verdade negociada, corroboração e confiabilidade	203
7.9. Prova digital e acordos probatórios: novo terreno de consensualidade necessária	204
7.10. Conclusão	205
8. Argumentação jurídica e prova judicial	207
8.1. Introdução: do silogismo judicial à teoria da argumentação	207
8.2. Argumentação sobre os fatos: da convicção íntima ao discurso público	208
8.2.1. Contexto de descobrimento e contexto de justificação	208
8.2.2. Os fatos como construções discursivas	209
8.3. Três modelos para o raciocínio probatório	209
8.3.1. O modelo de Toulmin: dado, garantia, respaldo, refutação	209
8.3.2. O story model: coerência narrativa e construção de hipóteses	211
8.3.3. A relative plausibility theory: explanacionismo contra probabilismo	212
8.4. Justificação interna e justificação externa	213
8.5. Verdade processual e seus limites	214
8.6. Vieses cognitivos e a vigilância argumentativa	216
8.7. A positivação brasileira do dever argumentativo: art. 489, § 1º, do CPC e art. 315, § 2º, do CPP	217

8.8. Inferências indiciárias e o controle das máximas de experiência	219
8.9. Imparcialidade, motivação e os limites do controle argumentativo	220
8.10. Conclusão.....	220
9. Síntese final	223
9.1. Para que serve um capítulo de fechamento	223
9.2. Os fios condutores: o que atravessa o livro inteiro.....	224
9.3. O que este livro defende, em uma frase.....	225
9.4. Uma palavra final	226
Referências	229